SISTEMA DE COTAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE PESQUISAS JÁ PRODUZIDAS

Mirian Marciane Barth
Instituto Federal Farroupilha - IFFAR
mirian.barth@iffarroupilha.edu.br

Dra. Neiva Maria Frizon Auler
Instituto Federal Farroupilha - IFFAR
n.auler@iffarroupilha.edu.br

Eixo temático: EPT no Brasil e no mundo

Resumo: Através dessa pesquisa bibliográfica (revisão sistemática de literatura), procurou-se elementos que pudessem contribuir com a formação e elaboração da pesquisa de mestrado, a qual objetivou conhecer a Política de Cotas na Educação Profissional e Tecnológica. Para isso, realizou-se uma busca sistemática de estudos voltados ao itinerário acadêmico e expectativas pós conclusão de curso de egressos cotistas nestas instituições. Utilizou-se os Portais OASISBR e BDTD, ambos repositórios digitais concebidos pelo IBICT, com o uso de descritores relacionados ao assunto e critérios de inclusão. Nesse sentido, restaram 7 (sete) estudos que formaram o *corpus* de análise desta pesquisa, os quais dialogaram com os referenciais tais como Rocha (1996), Fonseca (2002), Zago (2006). Os resultados apontaram a importância da Política de Cotas para a democratização do acesso às Instituições de Federais de Ensino, contribuindo assim para a redução do nível de desigualdades sociais a que estão submetidos os grupos historicamente excluídos.

Palavras-chave: Política de Cotas. Institutos Federais. Lei 12.711/2012

1 INTRODUÇÃO

A expansão da Rede Federal de Ensino é um marco importante que ocorreu através da Lei n° 11.892 de 2008, criadora dos Institutos Federais de Ensino, e que, de acordo com Moura, Lima Filho e Silva (2015), levou à ampliação do acesso à educação de qualidade, considerando a realidade de localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Umas das formas de garantir esse acesso é por meio da Política de Cotas (Lei 12.711 de 2012), que possibilita o ingresso em cursos de Instituições Federais de Ensino para aquelas pessoas que dificilmente conseguiriam sem a reserva de vagas. Como afirma Rocha (1996), são Ações Afirmativas que surgiram como forma de contribuir na promoção da igualdade material e efetiva prevista na Constituição Federal de 1988 .

Assim, através dessa revisão sistemática de literatura, buscou-se elementos que pudessem contribuir com a pesquisa de dissertação de mestrado, a qual objetivou conhecer a Política de Cotas na Educação Profissional e Tecnológica. Para tal, realizou-se uma busca sistemática de estudos voltados ao itinerário acadêmico e expectativas pós conclusão de curso de egressos cotistas nessas instituições.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As pesquisas bibliográficas são realizadas através de um levantamento de publicações divulgadas por meios escritos e eletrônicos. Estes, podem ser artigos científicos, páginas de *websites*, dentre outros (Fonseca, 2002, p. 32). Ainda, segundo o autor, qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica e permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

No contexto da presente pesquisa, seguimos como referencial o Direito à Educação, assegurado no art. 6º, Título II da Constituição Federal de 1988 (CF), entre os Direitos e Garantias Fundamentais, sendo direito de todos e dever do Estado e da família. O art. 227 estabelece ainda que é de absoluta prioridade a educação em relação à criança e ao adolescente.

Nesse sentido, a Lei n° 11.892 de 2008 de criação dos Institutos Federais, em conjunto com a Lei 12.711 de 2012 de reserva de vagas, permitiu a democratização do Direito à

Educação. De acordo com esta lei, as Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Ministério da Educação e as Instituições Federais de Ensino Técnico de nível médio devem reservar no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas.

Sobre o tema, Rocha (1996) expõe que as Ações Afirmativas possuem por objetivo conferir benefícios a certos grupos sociais em desvantagem com a maior parte da sociedade, a fim de que tenham seus direitos fundamentais garantidos. Elas transformam a igualdade meramente formal, que é aquela prevista no sistema jurídico, em uma igualdade material, concreta, chamada de discriminação positiva, que faz com que as minorias superem o isolamento social e tenham acesso aos direitos assegurados pela Constituição Federal.

3 CAMINHO METODOLÓGICO

A realização de uma Revisão de Literatura é para Galvão e Pereira (2014, p. 183) como "apoiar-se apenas nos estudos de melhor qualidade sobre o assunto". Nesse sentido foi elaborada uma Busca Sistemática, em que, de acordo com Ferenhof e Fernandes (2016, p. 551) "se estabelece estratégias que definem critérios de inclusão e exclusão dos dados de forma prévia, clara e objetiva".

Para tanto, utilizou-se o Portal OASISBR, Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto, além da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), ambos repositórios digitais concebidos e mantidos pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. Definiu-se a escolha por estes portais por reunirem a produção científica nacional em acesso aberto e permitirem a busca à pesquisa simultânea em diversas pesquisas científicas, proporcionando assim condições para a revisão de literatura.

A partir da definição dos bancos de dados, delimitou-se os descritores que definiram a busca: "**Cotas**" e "**Instituto Federal**"; "**Cotas e Institutos Federais**"; "**Cotas e Educação Profissional**". Usou-se estas expressões, pois, embora o tema das cotas esteja sendo bastante debatido em pesquisas científicas, ele é muito amplo, e por isso buscou-se restringir a busca, à pesquisas voltadas às cotas na Educação Profissional e Tecnológicas, especificamente em

Institutos Federais (IFs). Além disso, como primeiro critério inclusivo, selecionou-se apenas dissertações e teses no Portal OASIS BR, sendo que o Portal BDTD já é composto apenas por estes dois tipos de pesquisa. Quanto ao segundo critério inclusivo, fez-se um recorte temporal, selecionando-se o período 2013 a 2020, considerando que a Lei das Cotas é de 2012.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor visualização dos critérios, conforme descrito no capítulo anterior, elaborou-se o Quadro 1, que conta com os resultados das buscas pelos descritores informados:

Quadro 1: Busca Sistemática realizada nos Portais OASIS BR e BDTD, com os respectivos resultados

Banco de dados	**Descritores**	**Critério de Inclusão 1: Período**	**Critério de Inclusão 2: Tipo de pesquisa**	**Resultados**
OASISBR	“Cotas” e “Instituto Federal”	2013 a 2020	Dissertações e Teses	26
BDTD	“Cotas” e “Instituto Federal”	2013 a 2020	-	23
OASISBR	“Cotas e Institutos Federais”	2013 a 2020	Dissertações e Teses	10
BDTD	“Cotas e Institutos Federais”	2013 a 2020	-	8
OASISBR	“Cotas e Educação Profissional”	2013 a 2020	Dissertações e Teses	8
BDTD	“Cotas e Educação Profissional”	2013 a 2020	-	7

Fonte: Elaboração da autora.

Em relação à busca com os descritores “**Cotas e Institutos Federais**” e “**Cotas e Educação Profissional**”, dentro dos critérios descritos, nos dois portais observou-se que os títulos se repetiram e assim, aqueles que seriam utilizados já constam no quadro acima, não tendo sido selecionado nenhum trabalho.

Ao observar o Quadro 1, percebe-se um baixo número de estudos relativos à Política de Cotas nos IFs, o que demonstra que o estudo em tela possui bastante relevância, pois vem a

corroborar com a pesquisa científica nesta área, que pode servir de base para o desenvolvimento das instituições de Educação Profissional e Tecnológica e de suas políticas de apoio aos estudantes cotistas.

A partir do resultado da busca, foi realizada a leitura dos títulos e resumos, selecionando-se somente aqueles que se relacionam à presente pesquisa, por abordarem a questão da trajetória acadêmica e/ou expectativas profissionais dos alunos cotistas da educação profissional e tecnológica. Das 26 pesquisas do Portal OASISBR, foram selecionadas 5 (cinco), e, quanto à busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), conforme os mesmos critérios e descritores, ao realizar a leitura dos títulos dos 23 trabalhos encontrados, observou-se que a maioria das pesquisas se repetiam, ou seja, já haviam aparecido na busca efetuada no Portal OASIS BR, tendo sido selecionado apenas 1 (uma) pesquisa, que não havia sido encontrada na busca anterior, conforme Quadro 2:

Quadro 2: Pesquisas selecionadas sobre a temática "trajetória acadêmica de alunos cotistas e/ou "expectativas profissionais de alunos cotistas" a partir da Busca Sistemática nos Portais OASIS e BDTD com os descritores "Cotas" e "Instituto Federal", referente ao período de 2013 a 2020

	Portal	Ano	Tipo	Título	Autor(es)	Cidade/ Instituição
1.	OASIS	2014	Dissertação de Mestrado	Lei de cotas: um estudo da reserva de vagas em uma instituição federal de ensino através da descoberta de conhecimento em bases de dados	Márcio Teodoro Dias	Belo Horizonte Universidade Federal de Minas Gerais
2.	OASIS	2015	Dissertação de Mestrado	Ações Afirmativas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio: um Estudo no IFPB - Campus João Pessoa	Maria José Pereira Dantas	Recife/PE Universidade Federal de Pernambuco
3.	OASIS	2016	Dissertação de Mestrado	Um estudo sobre o desempenho de alunos cotistas e não cotistas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Salto	Aline Rosa Pieroni	Varginha/MG Universidade Federal de Alfenas
4.	OASIS	2017	Dissertação de Mestrado	O Contributo da lei de cotas na redução das desigualdades sociais no Brasil.	Fernando Francisco Gonçalves	Porto/Portugal Instituto Politécnico do Porto
5.	OASIS	2017	Dissertação de Mestrado	O Perfil do Aluno Cotista Negro do IFNMG Campus Januária no Curso Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio ao Ensino Médio	Miriam Rodrigues Guedes Alkmim	Diamantina/MG Universidade Federal dos Vales do

						Jequitinhonha e Mucuri
6.	BDTD	2017	Dissertação	A política de cotas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais: análise do acesso e da permanência	Emmanuella Aparecida Miranda	Viçosa/MG Universidade Federal de Viçosa
7.	OASIS	2019	Dissertação de Mestrado	Universidade ou Mercado de Trabalho? Uma análise das escolhas de estudantes que frequentam o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil	Natália Gomes Pereira Resina	Lisboa/Portugal Universidade de Lisboa - Instituto de Educação

Fonte: Elaboração da autora

A análise das pesquisas do Quadro 2 iniciou com a identificação quanto ao tipo, autor, ano e título, não necessariamente nessa ordem, seguida da exposição dos objetivos e principais resultados obtidos. Por fim, teceu-se uma breve reflexão acerca da contribuição teórica para a dissertação desenvolvida sobre o tema.

Dentre as produções científicas selecionadas por meio da busca sistematizada relacionadas no Quadro 2, a primeira analisada trata-se de uma Dissertação de Mestrado produzida por Márcio Teodoro Dias em 2014, intitulada “Lei de cotas: um estudo da reserva de vagas em uma Instituição Federal de Ensino através da descoberta de conhecimento em bases de dados”. O objetivo geral do trabalho foi fornecer subsídios para a tomada de decisão em relação à política de cotas, para o acesso aos cursos do Instituto Federal de Minas Gerais, por meio do estudo dos dados dos últimos processos seletivos.

A pesquisa apresentou como principais resultados: em torno de 20% das vagas reservadas não foram ocupadas por candidatos cotistas, sendo transferidas para a ampla concorrência; menos da metade dos candidatos que poderiam se inscrever a algum tipo de cota, optou por estas; e parte dos candidatos que puderam escolher entre mais de uma opção de cota, concorreu a uma opção diferente da que seria esperada pelo seu perfil. Diante disso, o autor constatou que:

> Não se sabe os motivos que levaram muitos candidatos a optarem pela ampla concorrência tendo os requisitos para concorrer às vagas reservadas ou a concorrer a uma opção de cota diferente da esperada. Pode-se presumir que ao menos em parte, o desconhecimento do seu direito tenha levado a essa situação. Sendo assim, sugere-se um trabalho maior de divulgação do sistema de cotas, por parte da instituição; nesse sentido, seria recomendável que na interface do sistema que gerencia as inscrições fosse indicado com clareza ao candidato o direito que ele possui, inclusive utilizando

> as respostas do questionário socioeconômico para sugerir as opções mais indicadas (DIAS, 2014, p. 81-82).

Esta pesquisa se correlaciona com o presente estudo por evidenciar que há um certo desconhecimento dos direitos previstos na Lei de Cotas e de como funciona o Sistema de Cotas na prática, havendo, portanto, a necessidade de uma maior divulgação desse sistema, de forma educativa, a longo prazo, e também de uma forma mais objetiva na hora da inscrição, com a disponibilização de informações claras no sistema, a fim de que o candidato tome a melhor decisão quanto à concorrência à vaga.

A segunda pesquisa examinada foi a Dissertação de Mestrado de Maria José Pereira Dantas, do ano de 2015, intitulada "Ações Afirmativas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio: um Estudo no IFPB - Campus João Pessoa", que teve por objetivo geral caracterizar a configuração do ingresso em cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no IFPB, Campus João Pessoa, na vigência da Lei nº 12.711/2012, visão da instituição e de beneficiários, indicadores e efeitos dessa política de ação afirmativa. Dentre os objetivos específicos estavam: averiguar indicadores de desempenho acadêmico e de inclusão em programas de benefícios estudantis (PE); levantar opinião da instituição e dos beneficiários ingressos no IFPB, Campus João Pessoa, em 2013, sobre o instrumento de Ação Afirmativa: sistema de cotas (Lei nº 12 711/2012).

Nos resultados ficou evidenciado que no IFPB-JP não há registro objetivo no Sistema de Controle Acadêmico sobre o ingresso vinculado a grupo cotista, o que dificulta, segundo Dantas (2015, p. 139), o "acompanhamento sistemático e desenvolvimento de políticas internas de qualificação da permanência e êxito acadêmico dos indivíduos desse grupo beneficiário". Além disso, Dantas (2015) chegou ao resultado de que a cota étnico-racial refere-se a uma única categoria, sendo que não há como mensurar as proporções de autodeclarados pretos, pardos e índios, o que impossibilita levantamentos quantitativos por categoria individualmente, isto é, não há dados acerca de quantos ingressantes se autodeclararam pretos, quantos pardos e indígenas, por categoria dentro do tipo de cota PPI. Assim, ainda segundo Dantas (2015, p. 141), "o grupo institucional registra preocupações com o público cotista/ prioritário que não é

habilitado oficialmente, para um acompanhamento específico, muitos ficam de fora dos programas de benefícios estudantis". Nessa linha a autora sugeriu:

> a) Garantir o acesso dos estudantes cotistas aos programas de benefícios estudantis, visando a sua permanência e a qualidade desta no processo;
> b) Conforme o despertar do grupo institucional, a habilitação oficial desse público prioritário, para as equipes multiprofissionais realizarem acompanhamento específico com a efetivação do acompanhamento pedagógico e a orientação educacional que vai além dos programas de benefícios da política estudantil (DANTAS, 2015, p. 143).

A autora reafirmou, assim, que a principal dificuldade encontrada foi na coleta de dados oficiais sobre os alunos cotistas, em razão da ausência de informações sobre os tipos de ingresso individualmente no Sistema de Controle Acadêmico, o que só foi possível por ela integrar a instituição e buscar os dados junto aos editais de resultados, chamada pública confirmação de matrícula. Além disso, expôs outra limitação que se refere ao levantamento do quantitativo de autodeclarados pretos, pardos ou índios, separadamente, por categoria individual.

Uma vez que o presente estudo serviu como base teórica para desenvolvimento de dissertação sobre o tema das cotas, mostrou-se bastante relevante conhecer a realidade de outro Instituto Federal, como é o caso do IFPB. Nesse sentido, buscou-se conhecer quais dificuldades foram encontradas para coletar dados objetivos, que servem não somente para realização de uma pesquisa científica, mas principalmente para serem utilizados permanentemente na tomada de decisões da instituição.

A terceira pesquisa é uma Dissertação de Mestrado de Aline Rosa Pieroni do ano de 2016, com o título "Um estudo sobre o desempenho de alunos cotistas e não cotistas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Salto". Teve por objetivo geral investigar o desempenho acadêmico desses estudantes e, como objetivos específicos, analisar o índice de evasão, o índice de conclusão, o índice de reprovação comparando os dois grupos; o rendimento dos alunos cotistas e não cotistas e se estes alunos recebiam algum tipo de assistência estudantil.

Os principais resultados evidenciaram que houve um índice menor de evasão no grupo dos cotistas, apesar das dificuldades socioeconômicas, considerando que, entre os evadidos, um baixo número recebia algum tipo de auxílio; no entanto, quanto ao índice de conclusão, este foi

maior entre os não cotistas; já no desempenho do processo seletivo, os cotistas tiveram médias significativamente superiores aos demais; e por fim, a autora destacou a necessidade da implementação de ações que visem diminuir a evasão e melhorar o rendimento acadêmico, tanto dos cotistas quanto dos não cotistas.

Na quarta Dissertação de Mestrado de Fernando Francisco Gonçalves do ano de 2017, desenvolvida no Instituto Politécnico do Porto em Portugal, sob o título: "O Contributo da Lei de cotas na redução das desigualdades sociais no Brasil", o objetivo primordial foi estudar a contribuição da Lei de cotas na redução das desigualdades sociais no Brasil, por meio da identificação de semelhanças entre estudantes cotistas e contingente geral, em relação a aspectos como: dificuldades escolares, benefícios trazidos pela Política de Cotas e expectativas após a conclusão do curso. O estudo foi realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, nos Campus Uberaba e Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico, e analisou o perfil social, econômico, racial e familiar dos estudantes de cursos de nível médio técnico profissionalizante.

Como principais resultados, ficou evidenciado que a Lei de Cotas contribui para a redução do nível de desigualdades sociais, por permitir o acesso a um sistema de ensino de maior qualidade a alunos que, de outro modo, não teriam acesso. Além disso, os alunos que ingressaram por meio da Lei de Cotas apontaram como dificuldades a econômica e de acompanhamento dos conteúdos programáticos do curso. A frequência foi vista pelos alunos como capaz de promover vários benefícios durante a formação. O autor concluiu que a realização do curso, permitirá aos cotistas a evolução no seu nível de qualificação e acesso a melhores oportunidades profissionais, com a consequente elevação da remuneração. Quanto às expectativas profissionais, tanto para os cotistas quanto para os não cotistas, a maior perspectiva foi de ingresso no ensino superior.

No que tange à quinta pesquisa explorada, trata-se de uma Dissertação de Mestrado de Miriam Rodrigues Guedes Alkmim, do ano 2017, elaborada na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri de Diamantina/MG, no Programa de Pós-Graduação em Educação, com o título: "O Perfil do Aluno Cotista Negro do IFNMG Campus Januária no Curso Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio ao Ensino Médio". O objetivo geral foi analisar o perfil

social e a trajetória do aluno cotista negro, oriundo de escola pública no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio do IFNMG - Campus Januária, no período compreendido entre 2013 e 2015. E os objetivos específicos se voltaram a investigar as discussões que envolveram o processo de implementação da política de cotas no Brasil pela Lei nº 12.711/12; entender como se dá o ingresso, a permanência e o desempenho do aluno cotista; e compreender o significado que a política de cotas tem para esses alunos.

A autora depreendeu que o programa de cotas tem proporcionado o ingresso de estudantes com perfil diversificado, composto pelos diferentes segmentos da sociedade, e evidenciou um avanço em relação à democratização do ensino para os grupos historicamente excluídos, sobretudo negros e pobres, pois se não fosse por meio da implementação do programa de cotas, talvez o aluno negro, pardo e indígena não tivessem a oportunidade de ingressar na instituição. No entanto, a autora enfatiza que é necessário que haja um aperfeiçoamento dessa política afirmativa, pois ainda existe pouca representação de cotistas autodeclarados pretos. Outro resultado foi que, quanto ao desempenho dos alunos cotistas durante a vida acadêmica, estes demonstraram coeficientes satisfatórios e até mesmo maiores aos que entraram por ampla concorrência.

Este trabalho também serviu como importante base teórica para a análise dos resultados da pesquisa, na dissertação sobre o tema, considerando que expõe a realidade da implementação da Política de Cotas em um Instituto Federal de outro estado, com destaque as cotas para autodeclarados pretos, tratando também da questão do desempenho dos estudantes cotistas em comparação com os demais.

A sexta Dissertação de Mestrado investigada, é de Emmanuella Aparecida Miranda, sob o título "A Política de Cotas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais: análise do acesso e da permanência", desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Viçosa/MG no ano 2017. A pesquisa teve por objetivo geral analisar os impactos da Lei de Cotas sobre a permanência e êxito dos estudantes do curso Técnico Integrado em Agroecologia do IF Sudeste de MG - Campus Muriaé e abordou questões importantes que permeiam as cotas, como: temor da queda da qualidade da

educação, questionamentos acerca do mérito escolar, direito de acesso e permanência dos estudantes cotistas.

As principais repercussões do estudo foram na acepção de que, primeiramente, as cotas possibilitam o acesso a grupos vulnerabilizados historicamente, no entanto, a autora acredita que não basta a simples positivação do direito, é preciso que se tenha consciência da essência, de seu significado, para além de um mero registro oficial, caso contrário, a conquista poderá cair no esquecimento ou ser usada como moeda de troca por interesses das classes dominantes.

Em segundo lugar, o estudo comprovou que os alunos cotistas apresentaram melhores resultados em diversos quesitos, contrariando as ideias pessimistas a respeito dos alunos que ingressam na instituição por meio das cotas. Sobre esta questão, importante trazer a contribuição de Zago (2006) a respeito das lacunas deixadas pela qualidade da educação básica:

> Um dos maiores problemas que enfrentam os estudantes em questão reside na qualidade do ensino público, do qual dependem para prosseguir sua escolaridade. Sabemos que a ampliação do número de vagas nos níveis fundamental e médio não eliminou os problemas relacionados à qualidade do ensino. [...] As lacunas deixadas na formação precedente marcam implacavelmente a vida acadêmica, e os depoimentos nesse sentido são muito significativos (ZAGO, 2006, p. 232-233).

Nesse contexto, considera-se que seja necessário um acompanhamento pedagógico diferenciado aos discentes cotistas, tendo em vista que muitos possuem uma vida escolar e familiar marcada por lacunas quanto à formação nas matérias básicas que, na maioria das vezes, está relacionada com a falta de estrutura adequada para o aprendizado, muito presente ainda na maioria das escolas da qual eles provêm, e assim, necessitam empreender muito mais esforço e dedicação para acompanhar os conteúdos. Entretanto, é importante ressaltar que isso não está relacionado ao índice de rendimento escolar, já que este não é apontado como mais baixo para os cotistas nas pesquisas analisadas, pelo contrário, os cotistas demonstraram ter índices iguais ou até mais elevados que os não cotistas.

Miranda (2017) também ressaltou a lenta, porém progressiva compreensão da Lei nº 12.711 por parte dos estudantes. E por fim, ao defender o trabalho como princípio educativo, Miranda (2017, p. 174) assevera: “a educação que possibilita aos educandos compreenderem o trabalho como princípio educativo e não como um fim ao qual devem se sujeitar (como

mercadorias a serem exploradas) em sua força produtiva, é a educação que qualifica para a leitura de mundo".

Esta pesquisa teve uma fundamentação teórica bastante robusta, sendo, portanto, um referencial muito significativo para a dissertação desenvolvida. Os objetivos também são relacionados ao que se buscou, assim como os resultados serviram de base para análise e compreensão dos dados.

A sétima Dissertação é do ano de 2019, desenvolvida no Mestrado em Educação da Universidade de Lisboa/Portugal, por Natália Gomes Pereira Resina, sob o título: "Universidade ou Mercado de Trabalho? Uma análise das escolhas de estudantes que frequentam o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil". O objetivo da pesquisa foi conhecer as expectativas escolares e profissionais dos jovens que frequentaram os cursos profissionais de educação técnica de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Sertãozinho. Os objetivos específicos permearam questões como: o perfil socioeconômico e demográfico dos alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio; as suas trajetórias acadêmicas; o processo de escolha pelo curso; opiniões e expectativas sobre os cursos; e as aspirações quanto ao futuro escolar e profissional.

No que tange aos resultados, a autora averiguou que o Instituto Federal de Sertãozinho acolheu jovens de grupos sociais de baixa renda e pouca escolaridade. Eles acreditam que a realização do curso no IFSP-SRT é uma oportunidade para ascender socialmente. A Lei das Cotas foi reconhecida pelos estudantes como essencial para que jovens desfavorecidos economicamente consigam prosseguir com os estudos. Portanto, a autora concluiu que a implementação dos IFs, associada à Política de Cotas, no caso do IFSP-SRT, facilita o acesso às minorias e contribui para a democratização do acesso aos cursos superiores.

Pelo exposto, a partir dos resultados apresentados, observou-se que não há um número expressivo de estudos que abordam a temática da trajetória acadêmica nas Instituições de Educação Profissional e Tecnológica. Também, percebeu-se a importância da Lei das Cotas na redução das desigualdades sociais e promoção da inclusão, por meio da possibilidade de acesso à uma educação de qualidade, que aproxima a educação profissional e a formação integral dos sujeitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscou se realizar uma Revisão Sistemática de Literatura voltado ao tema das cotas, mais especificamente no que tange à trajetória acadêmica de cotistas na Educação Profissional e Tecnológica e suas expectativas pós-conclusão de curso. As contribuições desta pesquisa se concentram na relevância da reserva de vagas por meio da Lei n° 12.711/2012 para os grupos sociais desfavorecidos e nas mudanças que ela promove na vida destes estudantes.

Entretanto, foi possível depreender também que o estabelecimento das cotas não garante por si só que as vagas sejam utilizadas por aqueles a quem são efetivamente destinadas, considerando que a própria Lei das Cotas determina que, em caso de não preenchimento, as vagas sejam remanejadas para os demais tipos de cotas ou para ampla concorrência. Ou seja, é preciso um aprofundamento de estudos que afiram como está ocorrendo o preenchimento das cotas e se está ocorrendo uma inclusão efetiva.

Através da pesquisa evidenciou-se que, apesar da constatação de que os estudantes cotistas apresentam bons resultados de aprendizagem, acredita-se que há a necessidade de um trabalho pedagógico diferenciado para estes estudantes, considerando que muitos possuem uma trajetória escolar marcada por lacunas quanto à formação nas matérias básicas em consequência, principalmente, das condições sócio econômicas e do sucateamento da educação pública. É importante que essa questão seja considerada nos processos educativos a fim de refutar o senso comum generalizado que atribui uma excessiva importância aos pré-requisitos, à falta de "base" dos estudantes. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa colaboram com a problematização da concepção propedêutica vigente na seara educacional.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, Miriam Rodrigues Guedes. **O perfil do aluno cotista negro do IFNMG Campus Januária no curso Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio ao ensino médio**. 2017. 154 p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Educação,

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina. Disponível em < http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1656>. Acesso em 20 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm>. Acesso em: 06 nov. 2018.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm> Acesso em: 06 nov. 2018.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais de Ensino Técnico de Nível Médio e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 05 nov. 2018.

DANTAS, Maria José Pereira. **Ações afirmativas na educação profissional técnica de nível médio: um estudo no IFPB - campus João Pessoa.** 2015. 192 p. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco). Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15608>. Acesso em 20 jun. 2020.

DIAS, Márcio Teodoro. **Lei de cotas: um estudo da reserva de vagas em uma instituição federal de ensino através da descoberta de conhecimento em bases de dados**. 2014. 88f. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais). Disponível em < https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9RFP29> Acesso em 19 jun 2020.

FERENHOF, H. A.; FERNANDES, R. F. **Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SFF**. Revista ACB, v. 21, n. 3, p. 550-563, 2016. ISSN 1414-0594. Disponível em meio digital. <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1194/pdf>. Acesso em 30 de maio de 2019

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Maurício Gomes. **Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 23, nº 1, p. 183-184, 2014. Disponível em meio digital. <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018.> Acesso em 30 de maio de 2019.

GONÇALVES, Fernando Francisco. **O contributo da lei de cotas na redução das desigualdades sociais no Brasil**. Dissertação (Mestrado), Instituto Politécnico do Porto/Portugal, 2017. Disponível em <https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/10929/1/fernando_gon%c3%a7alves_MEI_2017.pdf>. Acesso em 22 jun. 2020.

MIRANDA, Emmanuella Aparecida. A Política de Cotas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais: análise do acesso e da permanência. 2017. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057–1080, 2015. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2018.

PIERONI, Aline Rosa. **Um estudo sobre o desempenho de alunos cotistas e não cotistas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Salto**. 2016. 85 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2016.

RESINA, Natália Gomes Pereira. **Universidade ou mercado de trabalho? Uma análise das escolhas de estudantes que frequentam o ensino médio integrado à educação profissional no Brasil**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Lisboa, Instituto de Educação, 2019. Disponível em < https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/41335/1/ulfpie053501_tm.pdf >. Acesso em 22 jun. 2020.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. **A Ação Afirmativa – O Conteúdo Democrático do Princípio da igualdade Jurídica.** Revista de Informação Legislativa. Brasília, a. 33, n. 131, jul./set., p. 283-295, 1996. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176462/000512670.pdf?sequence=3&isAllowed=y>.Acesso em 10 abr. 2020.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação, Rio de janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, jan./maio/ago. 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>. Acesso em 21 jun. 2020.